

Eixo Temático: Inovação e Sustentabilidade

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES À DISTÂNCIA
PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**UNIVERSITY EXTENSION: TEACHER TRAINING FOR DISTANCE
ENVIRONMENTAL EDUCATION**

Janaína Balk Brandão, Douglas Rodrigues Da Silva, Gabriella Eldereti Machado e Jossiane Ortiz Silva

RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar uma ação de extensão universitária na modalidade de Curso de Ensino à distância, que é parte do projeto de Educação Ambiental da Universidade Federal de Santa Maria. Com mais de 100 participantes das escolas do município de Alegrete e Santa Maria, a metodologia está baseada em oferecer aos educadores uma oportunidade de aprofundar o conhecimento sobre o histórico da educação ambiental no Brasil, situação da educação ambiental formal e não formal, metodologias participativas e elaboração e monitoramento de projetos. Com 60 horas com duração ao longo de 2017 está dividido em quatro módulos temáticos. Dos resultados obtidos até o momento salienta-se a predominância das áreas de formação dos na Pedagogia, Ciências Biológicas, Letras e Geografia. Com relação à questão de gênero as mulheres são maioria, chegando a 81%. Após um esforço de sistematização, constatou-se que maior parte dos partícipes esperam obter através do curso um 'aprimoramento dos conhecimentos que possuem sobre Educação Ambiental para agir como 'transmissores' das questões do meio ambiente nas escolas em que atuam. Neste sentido, problematizamos as respostas dos participantes, especialmente no que concerne a concepção de 'repassar' o conhecimento, considerando que a mesma deve ser superada no período atual.

Palavras-chave: Áreas do conhecimento, formação continuada, gênero.

ABSTRACT

This work aims to present an action of university extension in the modality of Distance Learning Course, which is part of the Environmental Education project of the Federal University of Santa Maria. With more than 100 participants from schools in the city of Alegrete and Santa Maria, the methodology is based on offering educators an opportunity to deepen knowledge about the history of environmental education in Brazil, the situation of formal and non-formal environmental education, participatory methodologies and Elaboration and monitoring of projects. With 60 hours lasting throughout 2017 is divided into four thematic modules. From the results obtained so far, we highlight the predominance of the areas of formation in Pedagogy, Biological Sciences, Literature and Geography. With regard to the gender issue women are majority, reaching 81%. After a systematization effort, it was verified that most of the participants hope to obtain through the course an 'improvement of the knowledge they have about Environmental Education to act as' transmitters' of environmental issues in the schools in which they work. In this sense, we problematize participants' answers, especially regarding the idea of 'passing on' knowledge, considering that it must be overcome in the current period.

Keywords: Areas of knowledge, continuing education, genre.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma síntese de uma ação de extensão universitária na modalidade de Curso de Ensino à distância. O curso de extensão possui uma dinâmica de acesso e troca de informações por meio da plataforma moodle, oferecendo aos participantes a oportunidade de aperfeiçoamento das ações que já vem realizando nas escolas e complementa teoricamente com conhecimento na área de Educação Ambiental (EA), proporcionando gratuitamente formação continuada para os participantes das escolas que tiverem interesse tanto no município de Alegrete como em Santa Maria.

O papel das Instituições Públicas de Ensino deve estar alicerçado em atividades de ensino, pesquisa e de extensão, que plenamente as constituam e que se complementem (GEORGIN e OLIVEIRA, 2014). Como continuidade do ensino, as atividades de extensão devem corresponder a processos educativos, culturais e científicos, que disponibilizem os resultados das atividades acadêmicas e visem à cooperação e a integração entre as Instituições de Ensino e a sociedade em que elas se inserem (GEORGIN e OLIVEIRA, 2014).

A dinâmica de curso em ambiente virtual é considerada como uma forma facilitadora de formação na área ambiental, de baixo custo e pode abranger um escopo geográfico maior, além de ser uma forma inovadora e eficiente de fazer extensão, visto que já possui um espaço de autonomia concretizado nas escolas, e neste momento que o embasamento teórico, discussão de alguns temas sobre o meio ambiente, é uma demanda importante levantada pelos participantes.

As tecnologias digitais adquiriram um significativo espaço no cotidiano das pessoas, que atualmente convivem e desfrutam das ferramentas e do acesso às informações que os dispositivos móveis, *Internet* e outros recursos fornecem, e estes novos recursos encontram-se atrelados às relações sociais atuais, sendo presentes em diversos ambientes, ressaltando a escola. Segundo Mosé (2013, p.33) “vivemos em rede, a palavra mais pronunciada é, provavelmente conexão”, acompanhamos a realização deste laço aos novos tempos, sendo necessário se pensar sobre a utilização das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) para a aprendizagem no âmbito escolar e acadêmico.

Assim a Educação a Distância (EAD), torna-se um programa acessível para propor a qualificação dos profissionais que atuam nas escolas participantes do projeto, adequando-se ao tempo que cada um dispõe em seu cotidiano. A EAD surge inicialmente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), e se materializa posteriormente com decretos referentes à modalidade. Com o decreto nº. 5.622/2005 do Ministério da Educação e Cultura, tem-se a definição do que se entende por educação a distância, sendo caracterizada como uma modalidade onde os processos de ensino e aprendizagem ocorrem por meio da mediação didática e tecnológica.

Neste contexto, este trabalho visa apresentar os resultados parciais de um projeto de Educação Ambiental da Universidade Federal de Santa Maria/Centro de Ciências Rurais intitulado “Formação de Professores para Educação Ambiental”. O objetivo do referido projeto é proporcionar aos professores da educação básica formação continuada em educação ambiental, qualificando o desenvolvimento de projetos através do aprofundamento teórico e metodológico, além de proporcionar a construção de um espaço complementar em ambiente virtual para trocas de conhecimentos e discussões, subsidiar metodologicamente para criação e desenvolvimento de projetos nas escolas e também, fomentar a discussão da interdisciplinaridade e transversalidade dos temas socioambientais.

O presente artigo apresenta a seguir um breve referencial, a metodologia de trabalho adotada ao decorrer do curso e os resultados obtidos até o momento. Por fim, elenca-se algumas considerações finais e lista as referências usadas como base para a temática.

2 CRISE AMBIENTAL E A EMERGÊNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Vivemos em um mundo insustentável em uma grave crise civilizatória que se manifesta. Portanto, a educação ambiental que se faz necessária para essa situação de crise é a que se propõe a contribuir com o processo de transformação da realidade socioambiental. Mudar essa realidade passa por transformar as formas de estar no mundo individualmente e nas práticas sociais, em novas relações, novos modos de produzir e consumir (GUIMARÃES, 2013). Os problemas causados pelo crescimento populacional, a industrialização, o desmatamento, a erosão, a poluição atmosférica, a destruição da camada de ozônio, dentre tantos outros, obrigaram o mundo a refletir sobre a EA (FERREIRA, 2009). Pois as consequências destes atos vão atingir a todos.

Internacionalmente, a EA alcança projeção com a Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano em Estocolmo, 1972. Neste período reconheceu-se a Educação Ambiental como o elemento crítico para o combate à crise ambiental no mundo (GUIMARÃES, 2016). No Brasil, o movimento ambientalista ganha peso a partir do início dos anos 80, com o processo de redemocratização da sociedade brasileira e a chegada de exilados políticos que se envolveram com o movimento ambientalista no exterior (GUIMARÃES, 2016). A EA neste momento inicial se deu informalmente nas ações militantes, que buscavam difundir os ideais ambientalistas. Este movimento ganha força com os preparativos para a Rio 92, quando acredito que a EA chega de forma institucional ao sistema de ensino formal.

Neste período temos as primeiras iniciativas mais consistentes junto às secretarias de educação e no próprio Ministério da Educação e Cultura (MEC) e, mais tarde ainda, começa a se inserir nas Universidades. Portanto, além de recente o processo de formação dos primeiros educadores ambientais brasileiros se deu muito na militância do movimento e foi “contaminando” pouco a pouco os professores dentro das escolas (GUIMARÃES, 2016).

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, Art. 2º, a Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar a atividade humana com a finalidade de torná-la pela de prática social e de ética ambiental (BRASIL, 1996).

Nos últimos anos a preocupação acerca da Educação Ambiental (EA) tem aumentado, é através dela que o compartilhamento de conhecimentos ambientais com as comunidades se torna possível, realizando a sensibilização às questões ambientais e a mobilização para a modificação das atitudes para tornar o meio ambiental mais sustentável (ALMEIDA et. al, 2012).

A EA tem grande importância para o desenvolvimento sustentável, que deveria haver em nosso ecossistema. Além disso, ela tem que dar conta da transformação necessária à transição para uma sociedade sustentável, onde prevaleça padrões de consumo adequados, sem miséria, guerras e discriminações, onde todo ser humano faça parte dessa construção, além da aproximação acadêmica, para a recuperação da degradação provocada pelas nossas atividades e uma saúde ampliada para todos (inclusive e principalmente, a mental) (CZAPSKI, 2008).

A EA nasce como um processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado nos valores sépticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado, que implica a questão distributiva entre benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza. Ela deve ser, portanto, direcionada a cidadania ativa considerando seu sentido de pertencimento e co-responsabilidade que, por meio da ação coletiva e organizada, busca a compreensão e a superação das causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais (SORRENTINO et. al, 2005).”

Além disso, a EA é o principal instrumento de uma nova forma de ver e sentir o mundo (SILVA et. al, 2013). Ela ajuda no processo de conscientização e a exploração dos recursos naturais será tanto mais racional quanto maior for o nível de conscientização das pessoas (SABINO e AMARAL, 2015).

A EA deve possuir um enfoque transformador e emancipatório, já que prega a busca por outra forma de relação do ser humano com o meio em que está inserido. Esta nova forma de enxergar a educação, que tem muito dos propósitos e diretrizes da educação popular pregada por Paulo Freire, ainda causa muitos conflitos de compreensão aos (às) educadores (as) ambientais (LUZZARDI, 2006). Muitos ainda a confundem com transmissão de conhecimentos ecológicos, trazendo para a educação ambiental um enfoque disciplinar e restrito (LUZZARDI, 2006).

Ensinar e aprender são processos complementares; logo professor e aluno, cada qual com sua cultura, sua história e seus saberes necessitam estar juntos para garantir o espaço de cada um deles, na construção e reconstrução do conhecimento. É como um ato de criação do conhecimento, que acontece pelo exercício de pensar, de agir e de sentir juntos. Nesse ato há que existir um só eixo: ensinar pela pesquisa e pesquisar para o ensino; pesquisa-se o ensino e ensina-se por meio da pesquisa; entendemos pois, a aprendizagem enquanto processo individual e social, com ênfase ao movimento da prática e da relação desta com os conhecimentos a serem criados (construídos, produzidos). (KNECHTEL, 2001). Neste contexto, a escola desempenha um papel muito importante pois é através desta que se constrói o conhecimento e forma indivíduos conscientes para as questões ambientais (ALMEIDA et. al, 2012).

Um profissional de educação ambiental, crítico e reflexivo, terá que incorporar em seus conhecimentos, as questões ambientais atuais e a prática interdisciplinar (KNECHTEL, 2001). Assim, a complexidade das relações homem/natureza, ou sociedade/natureza, no processo de desenvolvimento contemporâneo, ou seja, as inovações tecnológicas, o crescimento das cidades, a descoberta da finitude da riqueza e, paralelamente, a degradação do ambiente com a ameaça de falência dos recursos naturais, em especial da água, estão a exigir estudos e práticas interdisciplinares (KNECHTEL, 2001). Embora estes fenômenos estejam correlacionados historicamente, evidenciam-se situações conflituosas entre as lógicas que deles decorrem, estabelecendo restrições à sua própria sustentabilidade e manutenção (KNECHTEL, 2001).

3 METODOLOGIA

A metodologia no ensino EAD é centrada no processo educativo dos sujeitos, em uma estratégia de aprendizagem que ocorre por meio de métodos acessíveis a cada um (GASPAR, 2001).

O curso Educação Ambiental oferece aos educadores e demais interessados uma oportunidade de aprofundar o conhecimento sobre o histórico da educação ambiental no Brasil, situação da educação ambiental formal e não formal, metodologias participativas e elaboração e monitoramento de projetos.

Tem uma carga horária prevista de 60 horas com duração de dois semestres, com aulas postadas quinzenalmente. Além dos professores colaboradores contará com o apoio de pelo menos dois tutores, que auxiliarão todo processo desde o planejamento das aulas e conteúdos, seleção de materiais e na postagem e interação com os participantes do Curso. Entre as atividades previstas estão: vídeo-aula; materiais para leitura em PDF; sistematização de conteúdos através de Power Point; sala de debate interativo; exercícios; Fóruns.

O Curso será dividido em quatro módulos com seus respectivos módulos temáticos, sendo dois desenvolvidos no primeiro semestre de 2017 e dois no segundo (QUADRO 1).

Quadro 1 – Módulos temáticos

Módulo 1: Aspectos embaixadores	Conceitos da EA
	Histórico da EA no Brasil e no Mundo
	Institucionalização da EA no Brasil
	EA através das iniciativas dos movimentos sociais
	Perspectivas ambientais do desenvolvimento
Módulo 2: Aspectos metodológicos	Metodologia de Ensino por Projetos
	Planejamento estratégico participativo
	Elaboração de projetos
	Monitoramento de projetos
	Avaliação de projetos
Módulo 3: EA na escola e na sociedade	Proteção ambiental e o papel individual
	Meio ambiente e agropecuária
	Qualidade de vida e municípios sustentáveis
	Promoção de saúde e meio ambiente
Módulo 4: EA na prática escolar	Ecologia/Agroecologia
	Elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso – Projeto para execução do ano subsequente ou qualificação de projetos em andamento (na escola e/ou comunidade)

Fonte: Autores

O público alvo são 50 professores da rede de educação básica do Município de Alegrete e 50 professores da rede de educação básica do Município de Santa Maria e Região Central. A previsão é que sejam abrangidos indiretamente 3000 alunos. O *holl* de atividades do curso inclui:

- Divulgação do Projeto nas Secretarias de Educação e Cultura e Secretaria do Meio Ambiente dos municípios;
- Reunião com coordenadores de educação;
- Organização e planejamento dos temas e conteúdos a serem abordados;
- Desenvolvimento de materiais digitais para utilização nas aulas;
- Realização das inscrições para o curso EAD;
- Seleção dos participantes e divulgação;
- Finalização do Projeto com II Seminário de Educação Ambiental, contando com a presença dos participantes, acadêmicos, a ser realizado no campus central UFSM;

A divulgação do curso se deu através das páginas eletrônicas da Universidade Federal de Santa Maria, das prefeituras municipais, jornais e páginas de relacionamento. Para inscrição dos interessados foi disponibilizado um formulário eletrônico.

4 RESULTADOS

O número total de inscritos foi de 179. Destes, foram selecionados a totalidade dos interessados que se declararam professores da rede de educação básica. Assim, foram selecionados cento e nove participantes, extrapolando o anteriormente previsto. Através das informações obtidas na ficha de inscrição constatou-se que o público principal do curso são professores que atuam na rede pública de ensino. Entretanto, foram admitidos também os professores da rede privada que se candidataram. A proporção é de 90% de professores da rede pública nos dois municípios.

No que se refere às áreas de formação dos participantes, constata-se que os profissionais são oriundos de diversos cursos. Em sua maioria são formados em Licenciatura, das mais diversas (com predominância da Pedagogia), como também, de áreas de bacharelado. Visto isto, organizou-se o Quadro 2 que demonstra as áreas de formação e a quantidade de participantes em cada uma:

Quadro 2 – Áreas de formação dos participantes do curso

	Curso	Número de participantes
Cursos de Licenciatura	Pedagogia	48
	Ciências Biológicas	27
	Letras	17
	Geografia	9
	História	5
	Educação Física	4
	Estudos Sociais	3
	Matemática	1
	Filosofia	1
	Ciências Sociais	1
	Educação Especial	1
	Cursos de Bacharelado e Técnico	Curso
Terapeuta Ocupacional		2
Engenharia de Produção		1
Engenharia ambiental		1
Engenharia Florestal		1
Agronomia		1
Zootecnia		1
Engenharia e Ciência de Alimentos		1
Gestão Ambiental		1
Administração		1
Psicologia		1
Técnico Agrícola		1
Direito e Ciências Sociais		1
Direito		2

Ao notar as diferentes áreas do conhecimento no qual os participantes são oriundos, fica evidente a necessidade de uma abordagem da EA que contemple a interdisciplinaridade, para que todos possam após o curso, levar as suas profissões os aprendizados. Para tanto, têm-se a interdisciplinaridade como um processo de integração de áreas do conhecimento, como menciona Miranda *et. al.* (2010, p.12) em “um grande esforço no rompimento de uma série de obstáculos ligados a uma racionalidade extremamente positivista da sociedade industrializada”. Destarte, entende-se por interdisciplinaridade o processo que promove a integração de educadores, disciplinas, a fim de, superar a fragmentação do ensino, propondo-se a construção de uma visão global da realidade (LÜCK, 2003).

Entretanto, cabe destacar, por ordem decrescente, as quatro primeiras áreas de profissionais interessados no Curso, quais sejam: Pedagogia, Ciências Biológicas, Letras e Geografia. Sabe-se que a EA é um dos temas transversais definidos pela lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, e como tal, deve ser abordada em todas as áreas do conhecimento. Entretanto, essa disparidade verificada entre os cursos de origem dos participantes reflete, em certo grau, o interesse pela temática ambiental (e por consequência a dificuldade da abordagem da mesma em outras áreas de formação. Isto também pode ser oriundo de uma debilidade verificada nos próprios currículos das universidades (BRANDAO e MACHADO; 2016).

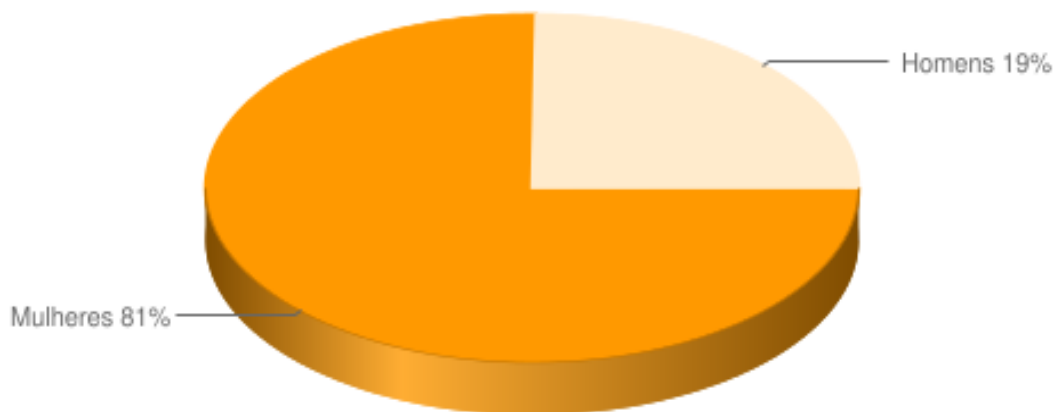
Isto é problemático porque a dimensão ambiental configura-se crescentemente como uma questão que deve envolver um conjunto de atores do universo educativo, potencializando

o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento numa perspectiva interdisciplinar (GEORGIN e OLIVEIRA, 2014).

Tomando-se como referência o fato da maior parte da população brasileira viver em cidades, observa-se uma crescente degradação das condições de vida, refletindo uma crise ambiental. Isto nos remete a uma necessária reflexão sobre os desafios para mudar as formas de pensar e agir em torno da questão ambiental numa perspectiva contemporânea (JACOBI, 2003).

No que se refere ao perfil de gênero dos participantes, têm-se que a maioria é composto por mulheres (GRÁFICO 1):

Gráfico 1 – Referente ao gênero dos participantes

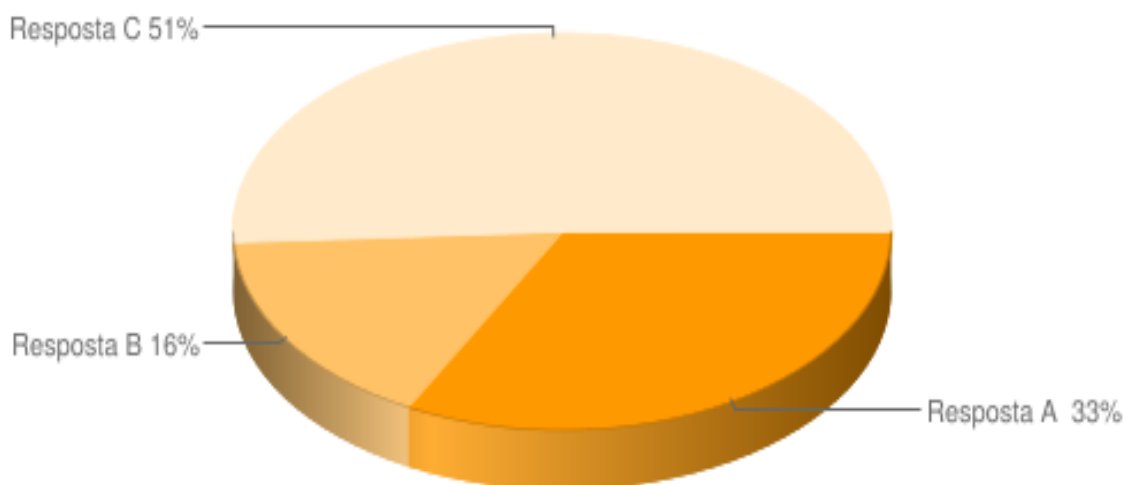


Essa questão de gênero que é demonstrada em relação ao público que procurou o curso, no qual as mulheres são uma parcela maior, certamente está relacionada com a concepção da profissão docente. Embora seja tacitamente conhecido o fato das mulheres serem maioria na Educação Básica, a literatura a respeito disso é escassa. A feminização da profissão de educadora ocorre historicamente no magistério e tem suas origens devido à reestruturação da sociedade no século XX, que obriga as mulheres, antes apenas reservadas ao trabalho do lar, a inserirem-se no mercado de trabalho ainda ocupando postos relacionados a educação dos filhos (ALMEIDA, 1998). Além disso, tem-se o aspecto político, pois a modernização impulsionada pelo mercado de trabalho reflete no contexto da escola e principalmente da profissão docente salários baixos, no qual os docentes homens não aceitavam receber salários reduzidos, e ao mesmo tempo o ensino deveria ser para todos e não resultar em gasto (RABELO, 2007). Neste caso o autor relata que as professoras ocuparam o espaço deixado pelos professores, tendo como desculpa a questão da “vocação” feminina para o cuidado.

A partir deste contexto, até os dias atuais, possuímos um campo de trabalho docente composto em sua maioria por mulheres. De acordo com o Censo do Professor (2007) em relação à educação básica, último realizado pelo Ministério da Educação, o Brasil possui 81,94% de mulheres atuando na docência, e de homens 18,06%. No Rio Grande do Sul temos 86,97% de mulheres e 13,03% de homens atuando como docentes.

No intuito de colher as expectativas dos participantes selecionados, perguntou-se sobre o que tinha levado os mesmos a realizarem a inscrição no referido curso. Desta forma, obteve-se as respostas centradas em três eixos: Resposta A – os participantes buscam obter novos conhecimentos; Resposta B - Auxílio na transmissão de conhecimento; Resposta C - Tanto obtenção de novos conhecimentos quanto transmissão de conhecimento. Essa questão foi organizada e representada no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Pesquisa sobre expectativas em relação ao curso



Após um esforço de sistematização, constatou-se que maior parte dos partícipes esperam obter através do curso um ‘aprimoramento dos conhecimentos que possuem sobre EA’ para agir como ‘transmissores’ das questões do meio ambiente nas escolas em que atuam. Neste sentido, problematizamos as respostas dos participantes, especialmente no que concerne a concepção de ‘repassar’ o conhecimento. Essa questão vem sendo discutida a décadas por autores como Paulo Freire (2011). Desta forma, a impressão que se obtém é que os professores com afirmações deste tipo parecem consolidar as ponderações que Luzzardi (2006) faz quando alega que muitos ainda a confundem com transmissão de conhecimentos ecológicos, trazendo para a educação ambiental um enfoque disciplinar e restrito, já mencionado no item 2 deste artigo.

Conforme ressalta Guimarães (2013) vivemos em um mundo insustentável em uma grave crise civilizatória que se manifesta. Para o autor a EA que se faz necessária para essa situação de crise é a que se propõe a contribuir com o processo de transformação da realidade socioambiental. Mudar essa realidade passa por transformar as formas de estar no mundo individualmente e nas práticas sociais, em novas relações, novos modos de produzir e consumir. A Educação e o educador podem contribuir como agentes desses processos de transformação, mas para tanto também devem se transformar. Compreende-se que espaços de formação e discussão são essenciais. Não só para abordar a temática ambiental, mas também para discutir a própria prática do educador enquanto agente de transformação da realidade, incluindo a concepção sobre o meio ambiente. O novo educador se forma em um novo processo formativo (GUIMARÃES, 2013). Romper com estruturas tradicionais, passa pela superação das armadilhas paradigmáticas a que estamos todos sujeitos (GUIMARÃES, 2013). Superá-las se dá num exercício reflexivo problematizador que se reflete em uma prática consciente de intervir na realidade. Intervir na realidade com intencionalidade política se faz no coletivo, indivíduos em relação que atuando na transformação da sociedade se transformam reciprocamente. Para o autor, a vivência dessa práxis é pedagógica e se reflete em espaços formativos diferenciados e a grande questão que se coloca é a seguinte: Como desenvolver processos formativos de educação ambiental e formar esses educadores

ambientais nas escolas e universidades que temos? Desafios que se colocam em tempos de crise (GUIMARÃES, 2013).

Neste sentido, acredita-se que o papel da extensão universitária através da inovação e articulação dos saberes e união de esforços entre as instituições assume um papel crucial. Não desconsiderando a importância dos conteúdos pertinentes a questão ambiental, questionar a prática cotidiana e estimular a reflexão dos professores talvez seja o principal êxito possível de um projeto como esse. Procurando atentar para este aspecto, é que se propõe os Módulos Temáticos 2, 3 e 4 deste curso. Nestas etapas, o participante assume o papel de protagonista e é convidado a articular seu conhecimento e sua prática. Tal proposta vai ao encontro das questões levantadas por GUIMARÃES (2016) quando afirma que a Educação Ambiental já é uma realidade, para quais políticas públicas estão sendo traçadas necessitando, contudo, que esta institucionalização seja acompanhada por um devido aprofundamento crítico nas discussões por parte dos educadores em seu cotidiano e da sociedade em geral, para que essa se efetive como uma prática social que possibilite o enfrentamento da grave crise socioambiental. Portanto, Educação Ambiental: uma reflexão necessária (GUIMARÃES, 2016).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto da formação em EA considera-se que a dinâmica de Educação à Distância oferecida da plataforma *Moodle* pode ser uma excelente oportunidade, especialmente devido ao grande número de inscritos, superando o número de vagas inicialmente disponibilizadas. Acredita-se que esta primeira edição do Curso de Formação em EA pode servir como base de pesquisa e estudos referentes à proposta de formação utilizando a educação à distância (EAD), aprimorando demandas da comunidade externa. O intuito é de proporcionar práticas de educação que atendam as necessidades formativas sobre as questões ambientais e EA, além de ser coerente em relação ao contexto profissional dos participantes, tornando-se um espaço de desenvolvimento teórico e metodológico de todos os envolvidos.

Dos resultados obtidos até o momento salienta-se a predominância das áreas de formação dos na Pedagogia, Ciências Biológicas, Letras e Geografia. Com relação à questão de gênero as mulheres são maioria, chegando a 81%.

Após um esforço de sistematização, constatou-se que maior parte dos participantes esperam obter através do curso um ‘aprimoramento dos conhecimentos que possuem sobre EA’ para agir como ‘transmissores’ das questões do meio ambiente nas escolas em que atuam. Neste sentido, problematizamos as respostas dos participantes, especialmente no que concerne a concepção de ‘repassar’ o conhecimento, considerando que a mesma deve ser superada no período atual. Para tanto, acredita-se no papel importante da extensão universitária como mediadora da inovação e articulação dos saberes.

Entretanto, estes espaços de reflexão e diálogo só ocorrem de fato quando há união de esforços entre as instituições (no caso escolas, comunidade e universidade). Não desconsiderando a importância dos conteúdos pertinentes a questão ambiental, questionar a prática cotidiana e estimular a reflexão dos professores talvez seja o principal êxito possível de um projeto como esse.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, O. da S.; MACEDO, D. F.; SANTOS, V. C.; ANJOS, K. F. dos. Educação ambiental e a prática educativa: estudo em uma escola estadual de Divisa Alegre-MG. *Revista Metáfora Educacional*, Bahia, v.-, n.13, jul/dez 2012. Disponível em:

http://www.valdeci.bio.br/pdf/n13_2012/almeida_etal_educacao_ambiental_n13_dez12.pdf. Acesso em 20 de março de 2017.

ALMEIDA, J. S de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao13.pdf>>. Acesso 29 junho de 2016.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19/12/2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRANDAO, J. B.; MACHADO, G. E. **Práticas de gestão ambiental no ensino superior: construção do conhecimento através da extensão universitária**. Educação Ambiental em Ação, v. XV, 2016. Disponível em< www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=2557> Acesso em 30 de junho de 2017.

CENSO DO PROFESSOR. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/plano-nacional-de-formacao-de-professores/censo-do-professor>>. Acesso em 29/06/2017.

CZAPSKI, S. **Os diferentes matizes da educação ambiental no Brasil: 1997-2007**. Brasília, DF, 2008, 290 p.

FERREIRA, A. T. A inconveniência de uma verdade: representações sociais de estudantes universitários sobre o aquecimento global. Disponível em
<http://www.unoesc.edu.br/images/uploads/mestrado/Arnaldo_Telles_Ferreira.pdf>. Joaçaba, Santa Catarina, 2009. 135p.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GASPAR, M. I. Ensino a distância e ensino aberto – paradigmas e perspectivas. In: **Perspectivas em Educação**, n.º especial da revista Discursos. Lisboa – Universidade Aberta, 2001 pp.67-76.

GEORGIN, J.; OLIVEIRA, G. A. Práticas de conscientização ambiental em escolas públicas de Ronda Alta/RS. **Monografias Ambientais**, v. 13, n. 3, p. 3378-3382, 2014. Disponível em <<https://periodicos.ufsm.br/index.php/remoa/article/view/13447>>. Acesso em 28/06/2017.

GUIMARÃES, M.; A Formação de educadores ambientais em tempo de crise. In: **XI Congresso Nacional de Educação-Educere**. Curitiba. 2013. Disponível em <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/15621_7212.pdf> Acesso em 28/06/2017.

GUIMARÃES, M. Por uma educação ambiental crítica na sociedade atual. **Revista Margens Interdisciplinar**, v. 7, n. 9, p. 11-22, 2016.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003.

KNECHTEL, M. R. Educação Ambiental: uma prática interdisciplinar. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 3, 2001. Disponível em:
<http://revistas.ufpr.br/made/article/viewFile/3033/2424>. Acesso em: 28/06/2017.

LUZZARDI, R. do E. S. Educação Ambiental: sustentáculo para o desenvolvimento da agricultura sustentável. 2006. Disponível em: <
<https://www.seer.furg.br/remea/article/viewFile/3024/1746> >. Acesso em 22 junho de 2017.

MOSÉ, V. **A escola e os desafios contemporâneos**. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

LÜCK, H. **Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos**. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MIRANDA, F. H. da F.; MIRANDA, J. A.; RAVAGLIA, R. **Abordagem Interdisciplinar em Educação Ambiental**. REVISTA PRÁXIS ano II, nº 4 - agosto 2010. p. 11-16

RABELO, A. O. **A mulher e docência: historicizando a feminização do magistério**. Revista do Mestrado de História, Vassouras, v. 9, n. 9, p. 41-53, 2007.

SABINO, S. M.; AMARAL, A. A. do. **O papel da educação ambiental na mudança de postura dos agricultores frente ao paradigma da agroecologia**. Disponível em: <
<http://www.conhecer.org.br/enciclop/2015E/o%20papel.pdf>>. Acesso em: 22/06/2017.

SILVA, A. G. da; SILVA, M. J. R. da; CAVALCANTE, A. C. P.; DINIZ, B. L. M. T. de. Educação ambiental e a agroecologia: uma prática inovadora no processo educativo no educandário aprendendo a aprender. Bananeiras – PB. **Revista Monografias Ambientais**, v. 13, n. 13, p. 2818 - 2827, 2013. Disponível em: <
<https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/10702>>. Acesso em: 22/06/2017.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; JUNIOR, L. A. F. Educação **Ambiental como política pública**. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf>>. Acesso em: 22/06/2017.